



Ano 2- N°5 **De janeiro a fevereiro de 2023**

DEMOCRACIA SEMPRE; GOLPE JAMAIS!



8 de janeiro de 2023. Data em que o Brasil e o mundo assistiram atônitos à atitude de um grupo, que descontente com os resultados das eleições de 2022, decidiu descer a pé até a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e invadir as sedes dos três Poderes: Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

As cenas de invasão e de depredação viralizaram e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), prontamente, emitiu nota de repúdio e iniciou uma interlocução com membros do Ministério Público Federal (MPF) de todas as regiões, com representantes de outras instituições, inclusive, aquelas que sofreram os ataques.

Desde então, a entidade participa de cada etapa da investigação e da busca pela responsabilização dos que organizaram, articularam, incitaram e executaram os atos antidemocráticos.

Além disso, a ANPR acompanha a mobili-

zação da carreira, em todo o país, no sentido de desmobilizar possíveis novos atos semelhantes aos de 8 de janeiro.

Em quase um mês, membros do MPF têm requisitado informações junto aos órgãos de Segurança Pública, apresentado denúncias contra os envolvidos, solicitado abertura de inquérito contra autoridades para apurar suposta omissão diante dos episódios e até entregue representação contra o ex-presidente da República, pela prática do crime de incitação.

Um verdadeiro mutirão de procuradores resultou na realização de milhares de audiências de custódia, nos últimos dias, com presos supostamente envolvidos nos fatos.

Essa atuação prossegue até que haja total esclarecimento dos fatos e as devidas responsabilizações.

Aproxime o seu celular do QRCode e assista ao vídeo que resume a atuação da ANPR e de procuradores em defesa da democracia. A ANPR acompanha a mobilização da carreira, em todo o país, no sentido de desmobilizar possíveis novos atos semelhantes aos de 8 de janeiro

Acesse pelo QR Code ou link:

bit.ly/democracia-sempre-anpr



Editorial

O ano de 2023 começa de uma forma atípica, no conjunto de mudança de governo, atentados a prédios públicos e intenso debate sobre o papel do sistema judiciário, o que nos coloca o desafio de defender a carreira de Procurador da República e, principalmente, o legado que nos foi concedido pelas várias gerações de associados que ajudaram a construir o MPF de hoje.

Será também um ano em que a ANPR continuará sua luta por garantir aos associados aposentados um tratamento condigno, que assegure o atendimento de seus pleitos e zele por manter um tratamento igualitário.

No contexto legislativo, uma vez definida a eleição das mesas do Congresso Nacional, retomaremos a defesa da instituição do mecanismo previsto na PEC 63, assim como outras medidas que possam importar em garantia da dignidade remuneratória, mas não apenas dela, do tratamento em si dos aposentados e seus pensionistas.

E, claro, 2023 será palco de vários momentos de comemoração pelos 50 anos de nossa associação, com a valorização de nossa memória, de nossas histórias, com um olhar para o futuro que honre o passado.

Tenhamos todos um ótimo ano, com saúde e renovada oportunidade de reencontros.



Bom proveito e uma ótima leitura

UBIRATAN CAZETTAPresidente da ANPR

2022: desafios e conquistas em defesa da carreira e da sociedade

Interlocução intensa com o Congresso Nacional no acompanhamento e na contribui-

ção de elaboração de propostas



Atuação intensa junto à PGR, CNMP, CSMPF, CNJ, TCU e Judiciário



Dezenas de **atendimento aos associa- dos** (assistência jurídica)



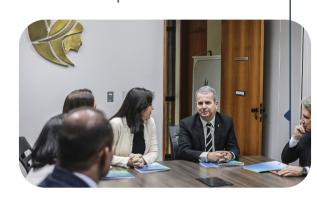
ANPR Mulheres: Comissão realiza encontro e reúne especialistas para tratar da **equidade de gênero no MPF** e no Brasileiro



Encontros de Colégio de Delegados da ANPR, em Brasília: conversas entre o corpo diretivo e vários setores da Administração Geral sobre a carreira e a instituição



Eleições 2022: **diálogo com candidatos** sobre pleitos da carreira e do MPF



Eleições 2022: acompanhamento dos dois turnos e participação na visita de comitiva estrangeira que acompanhou o pleito



ANPR em defesa da democracia: entidade assina a "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito" e participa em SP da leitura do documento na USP



Cinquentenário: cerimônia oficializa a programação em **comemoração aos 50 anos** e presidente anuncia a criação do Memorial



Homenagem a Pedro Jorge: ANPR e Fundação Pedro Jorge inauguram estátua e eternizam a história do procurador assassinado na década de 1980.



X Prêmio República: membros do MPF, profissionais da imprensa, organizações e sociedade premiados por valorizar e contribuir com o sistema de Justiça



38º ENPR: membros do MPF de todo o país voltam a se encontrar presencialmente no maior encontro da carreira



NOSSA ESTANTE

"Chatô - O Rei do Brasil". Esse

livro é a dica de leitura do subprocurador-geral da República Humberto de Paiva Araújo. A obra conta a história do jornalista Assis Chateaubriand.

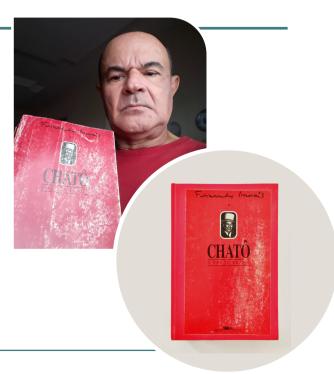
"O autor Fernando Morais, em quase 700 páginas, conta a trajetória de "Chatô", desde suas origens, numa tradicional família de Um-

buzeiro, sua visão empresarial, fundando os Diários Associados (de que a revista O Cruzeiro era a "joia da coroa"), introduzindo a televisão no nosso país, em 1950, sua atuação na política, o exercício do cargo de embaixador na Inglaterra. Essa obra retrata a pessoa paraibana, como eu", explica.

O subprocurador relembra que, no livro, fala--se que Assis constrangia convivas em banquetes e eventos similares ao indagar sobre o valor de sua contribuição para aquisição de obras de arte.

"Chatô também fomentou a rede de aeroclubes no país, prestando mais esse serviço à sociedade, e, sobretudo, foi praticamente o responsável pela fundação do Museu de Arte Moderna, em São Paulo", conta Humberto.

Gostou da dica?



Entrevista com Ela Wiecko

Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) parabeniza todos os nossos aposentados pelo Dia Nacional do Aposentado — 24 de janeiro. Em homenagem à data, publicaremos uma entrevista com a subprocuradora-geral da República Ela Wiecko, recém-aposentada.

ANPR: Quando ingressou no MPF?

Ela Wiecko: O meu ingresso no MPF se deu através do terceiro concurso público, em 1975. Eu só fiz esse concurso porque eu estava em Brasília. Em 1973, eu fiz um concurso para procurador e advogada do Incra, eu vim de Porto Alegre (RS), passei e fiquei na Procuradoria do Incra. Tanto que várias pessoas da Procuradoria do Incra fizeram o concurso para o MPF, como Geraldo Brindeiro, Helenita Acioli, Maria da Glória Temer, Ronaldo Bonfim, todos chegaram a subprocuradores-gerais da República. Eu tinha um grupo que se reunia pra estudar, então tivemos professores maravilhosos. O Cláudio Fonteles era o que capitaneava, mas tinha o professor Francisco de Assis Toledo que, à época, era subprocurador-geral, tinha Bento Bugarin, que depois foi ministro do TCU. Era só gente importante e eu aprendi muito. Eu estudava a revista trimestral de jurisprudência, lia os acórdãos e ia me afeiçoando sobre jurisprudência, o que naquela época na faculdade não era objeto de estudo. Então, foi assim que fiz o concurso, passei e entrei na primeira leva que eram cerca de 25 aprovados.

ANPR: Quais os desafios naquela época?

Ela Wiecko: 1976. Era época da ditadura. O Ministério Público Federal era uma instituição que defendia o governo e nós não podíamos dar pareceres, manifestações que fossem contrárias ao governo. Isso podia acontecer nas hipóteses de mandado de segurança. Questões mais sensíveis a gente sempre tinha que se manifestar a favor. Esse controle era feito pelos subprocuradores-gerais. Os pareceres que eu dava eram assim, tudo tinha que ser aprovado. É um tempo que eu lembro até com uma certa saudade, porque era pequeniníssima a Procuradoria-Geral e ficava no prédio do DASP e a gente tinha que dividir as sa-

Quando eu era vice-procuradorageral, eu tive a grande oportunidade de falar com o procurador-geral para nós implantarmos políticas de equidade, de gênero e raça dentro do Ministério Público. Era um comitê simplesmente administrativo. Eu acho que a gente cresceu." las. Aliás, quando eu estava no INCRA também. Um dia, quando vi, tinha outra pessoa na minha sala, porque não tinha espaço para todos e o mesmo acontecia na Procuradoria-Geral. Então, tinha esse desafio de a gente não ter independência como instituição. Eu era muito jovem, tinha 25 anos, estava aprendendo. Logo em seguida, nos anos 80, começaram os movimentos sociais. Muita efervescência política.

ANPR: A senhora foi a primeira e única mulher a presidir a ANPR. Fale um pouco sobre o essa experiência.

Ela Wiecko: Na época do meu mandato, discutiam-se reformas administrativa, previdenciária, tributária e do Judiciário. Em 1997, foi proposto o projeto de lei para alterar a lei de abuso de autoridade, apelidado de lei da mordaça. Uma das prioridades da diretoria e do colégio de delegados era o acompanhamento ativo dos projetos no Congresso Nacional e uma articulação com associações do Ministério Público, de juízes, de fiscais da previdência, entre outras. E a gente conseguiu barrar a aprovação desse projeto de lei e foi uma conquista. É interessante que essa situação de reformas está se repetindo agora e a lei do abuso de autoridade, que a gente conseguiu barrar, acabou sendo aprovada. Era um outro projeto de lei, mas a ideia era a mesma. No plano administrativo, a minha preocupação era preservar a memória da ANPR, que na gestão completava 25 anos de existência. E, agora, está completando 50 anos. Nós organizamos pastas e documentos, modernizamos a comunicação com os associados, que na época era por meio de cartas pelos Correios. Foi lançado o informativo eletrônico, iniciamos a publicação do jornal. Conseguimos reestruturar a Fundação Pedro Jorge, para assegurar a sua sustentabilidade, entendo que foi uma conquista. Houve a ampliação e reforma da sede da ANPR. Na época, ela estava no prédio da PGR, na avenida L2 Sul. Eu me preocupei muito em ampliar a articulação com associações, inclusive, internacionais. Foi um período de muita articulação política.

ANPR: O nome Ela Wiecko remete a uma luta incansável por tratamento igual a homens e mulheres. Essa bandeira a senhora carrega há décadas, não é mesmo?

Ela Wiecko: Em 1994, quando eu participei da comissão brasileira que preparou a posição do Brasil pra conferência de Beijing - a quarta conferência da mulher em 1995, eu tive como incumbência apresentar dados a respeito da representatividade das mulheres. Naquela época, nós não tínhamos nenhuma mulher no Supremo Tribunal Federal e foi a conferência de Benjing que firmou uma plataforma de ação para a transversalização das políticas de gênero. Então, eu me dei conta do número baixo de mulheres no Ministério Público Federal, que nunca passou dos 30% em relação ao total.

Eu lembro que, quando eu entrei na Procuradoria, fiquei chateada porque era um núcleo pequeno e as pessoas se encontravam muito em aniversários, festas, churrascos. E era sempre aquela coisa. Como eu era mulher, era meio que empurrada para ficar junto com as esposas dos meus colegas. E, o meu marido, ficava com os meus colegas procuradores. Isso me incomodava. Eu ficava um pouco com as mulheres, mas eu também ia lá para falar com os homens, porque me interessava pelas conversas que eram sobre política, sobre a instituição.

Quando eu era vice-procuradora-geral, eu tive a grande oportunidade de falar com o procurador-geral para nós implantarmos políticas de equidade, de gênero e raça dentro do Ministério Público. Era um comitê simplesmente administrativo. Eu acho que a gente cresceu. As comissões se formaram nos estados. Depois, veio





a comissão nacional do assédio. Eu sempre me candidatando. Eu percebia que a gente [mulher] é minoritária e os homens votam na reprodução do seu poder, do poder masculino. Essa consciência, essa necessidade de ter uma mulher procuradora-geral, faz diferença. Os homens precisam ser muito sensíveis para se dar conta e abrir os espaços, porque a tendência, como eu disse, é da reprodução de um esquema de poder que é masculino. Eu acho que nós temos que ter um estabelecimento de cotas no caso de concursos, senão a gente não vai conseguir chegar aos 50%. Acho que tem que ter regras nos editais, que sempre tem que ter mulheres.

ANPR: Com a aposentadoria, a senhora se despede do MPF e de uma trajetória que é um legado para tantos que ficam e vão ingressar ainda na instituição. Quais os planos agora?

Ela Wiecko: Eu não tenho planos (risos). Eu continuo na universidade. Vou ter que me aposentar também em setembro deste ano. Mas, na universidade, eu tenho a possibilidade de continuar mesmo depois de 75 anos como pesquisadora, colaboradora. Eu tenho um grande número de pessoas para orientar em doutorado. Vou precisar de pelo menos uns quatro ou cinco anos para zerar essa orientação. Eu tenho um projeto de pesquisa que é sobre o ensino jurídico, como mudar o ensino jurídico para que ele tenha uma perspectiva de gênero, perspectiva de classe, étnico-racial, que prepare as pessoas para um direito que não seja de opressão. Eu não gosto muito de quando as pessoas dizem que precisam de uma sociedade mais justa, mais solidária. Eu não quero mais, eu quero uma sociedade justa, solidária que reconheça as diferenças e sejam fonte de construção e de diálogo.

Maravilhas na cozinha

A partir dessa edição, o Nosso Papel destinará um espaço para os associados e associadas divulgarem dicas de culinária, leitura, viagens, vinhos e tantos outros.

Para inaugurar a nossa coluna, o procurador da República João Marques Brandão Neto, de Santa Catarina, escolheu dar os detalhes de uma trança de natal, uma receita de família que ele tanto gosta. Você faz ideia do que é? É uma massa à base de farinha com frutas cristalizadas.

"Essa guloseima era servida no dia 24 de dezembro após ligar as luzes da árvore e de todos fazerem orações e cantarem "Noite Feliz" em frente ao presépio", relembra o procurador dessa tradição que ele vivenciou em família durante a infância e a adolescência.

Ele destaca ainda que "com o passar dos anos, o preparo das iguarias de natal foi se adequando às ofertas do mercado. Já não era mais necessário depenar o peru, por exemplo, que passou a ser vendido pronto para assar. Então, restava a trança que minha mãe fazia ", recorda-se com muito saudosismo.

Após o falecimento da genitora, as irmãs do procurador assumiram a tarefa. Até que em 2019, ele e a esposa decidiram "literalmente" colocar a mão na massa. E, agora, ele revela os segredos dessa culinária que remete ao Natal, mas pode ser saboreada em qualquer época do ano.

"Desde que me aposentei, durante o período de natal, passamos a fazer trança para o nosso consumo e para nossos irmãos e sobrinhos em torno desse pão que nos traz excelentes recordações", complementa.

Para acessar os ingredientes e o modo de preparo aproxime o seu celular do QRCode ao lado.



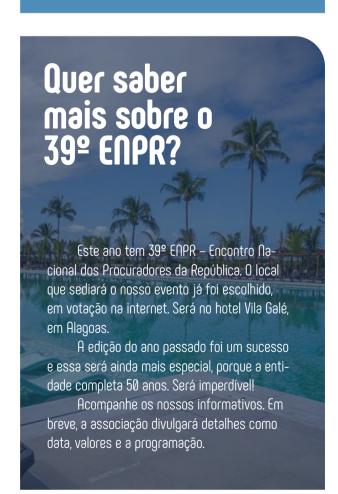
Curtas

Ajude a construir o Memorial ANPR

Em comemoração ao cinquentenário, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) ganhará um memorial nos formatos físico e digital. O material contará a trajetória da entidade.

E você pode ajudar na elaboração desse presente. Tem documentos, fotos, vídeos, objetos relacionados aos acontecimentos e curiosidades da ANPR? Envie para o e-mail

inscricoes@anpr.org.br ou entre em contato com nossa equipe pelo número (61) 3961-9025



Quando estiver em Brasília não deixe de dar uma passada na sede da ANPR. As instalações passaram por uma reforma, no ano passado. Agora, há uma sala equipada para os associados realizarem reuniões, estudarem, trabalharem, aguardarem o horário de compromissos e do voo. Durante a visita, você poderá conferir a decoração - quadros e pinturas de nossos associados, e a galeria de ex-presidentes e diretores. Todo o espaço foi pensado para maior conforto e praticidade dos associados. Seja muito bem-vindo(a)!

Comunique-se mais com a ANPR em 2023!

Atualize seu cadastro, fique por dentro das ações da associação e receba nossos comunicados e brindes.

como?

- acesse o site anpr.org.br;
- faça o login.
- clique em "Atualizar Cadastro"
- insira os dados e clique em "Confirmar"

Para receber, diariamente, o boletim ANPR pelo celular, mande uma mensagem para **(61) 9959-7158**.

E, claro, siga as nossas redes sociais.

Informações: (61) 3961-9025 ou administrativo@anpr.org.br.

Nosso Papel - Boletim dos aposentados é um informativo da Associação Nacional dos Procuradores da República que resume as notícias veiculadas diariamente por meio eletrônico. O boletim é encaminhado apenas para associados aposentados e pensionistas que optaram por receber as notícias impressas.

Diretoria ANPR

Ubiratan Cazetta - **Presidente**

Ana Carolina Alves Araújo Roman - Vice-presidente
Bruna Menezes Gomes da Silva - Diretora Cultural
Bruno Nominato de Oliveira - Diretor Financeiro
Daniel Cesar A. Avelino - Diretor de Assuntos Institucionais
Gustavo Kenner Alcântara - Diretor-Secretário
Igor da Silva Spindola - Diretor de Assuntos Corporativos
Julio José Araujo Junior - Diretor de Comunicação Social
Lauro Pinto Cardoso Neto - Diretor de Assuntos Legislativos
Luciana Loureiro Oliveira - Diretora Jurídica
Manoela L. Lamenha Lins Cavalcante - Diretora de Eventos
Oswaldo Barbosa Silva - Diretor de Aposentados

Edição - Ana Paula Ergang - **Textos** - Daiane Garcez **Projeto Gráfico e diagramação** - Pedro Lino **Estagiários** - Darman Caruso e Maria Luiza Castro

Contatos

Tel - **(61) 3961-9025**

E-mail - imprensa@anpr.org.br SAF Sul - Quadra 04 Conjunto C Bloco B Salas 113/114 -Brasília (DF) - CEP: 70070-600